

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AGRICULTURA NO BRASIL (1996-2010)

Hernani Flavio Pessatto Nunes¹

Resumo

Neste trabalho, iremos fazer um levantamento teórico, discutindo as políticas de desenvolvimento para o campo no Brasil. Nesse contexto, iremos realizar um histórico, que irá embasar a pesquisa em que, discute sobre as políticas econômicas constituídas a partir do fim do regime militar, o movimento pelas Diretas Já, o modelo econômico implantado no Governo José Sarney, o acordo do consenso de Washington, a chegada do neoliberalismo no Brasil, e a ruptura política e econômica com a chegada do Governo Lula. A partir desse histórico, falaremos sobre as políticas de produção de alimentos, de permanência das famílias no campo, e sobre o fortalecimento do agronegócio no Brasil, a partir das políticas implementadas a partir de 1996.

Palavras-chave: Política, governo, agricultura.

Introdução

Este trabalho, tem como objetivo, em discutir sobre as políticas de desenvolvimento da agricultura no Brasil. Dessa forma, iremos realizar um levantamento histórico, discutindo sobre o processo de formação das políticas econômicas no Brasil a partir do fim do regime militar, e em seguida discutiremos sobre as políticas voltadas para a produção de alimentos.

Nesse contexto, também será discutido sobre os planos para controlar a inflação, a campanha voltada para as eleições diretas, organizadas pelos movimentos sociais, e a inserção do neoliberalismo com os Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso.

Posteriormente será debatido, sobre os programas voltados para a produção de alimentos, o PRONAF, (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), e os planos safras da agricultura, (2000-2016).

Com relação à estrutura do trabalho, iremos realizar uma discussão em torno do contexto político-econômico pós-regime militar no Brasil, as campanhas populares para eleição presidencial direta, os planos econômicos para controlar a inflação, e a inserção do neoliberalismo, (1985-1996). Em seguida será feito um referencial bibliográfico, sobre os procedimentos para a inserção de políticas para a produção de alimentos no Brasil, nesse

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia nível Mestrado - UNIOESTE. Linha de pesquisa Educação e Ensino de Geografia. Pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa de Estudos em História e Epistemologia da Geografia-HEGEO.

contexto, falaremos um pouco sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, (1995-2002) e o nacional desenvolvimentismo do governo Lula, (2003-2010).

Breve Histórico do Período Neoliberal no Brasil (1985-2000)

A Partir da década de 1980, em que, estava se encerrando uma crise política, o Brasil ingressa em uma crise econômica e inflacionária, no qual os salários foram desvalorizados.

Nesse momento, houve a atuação dos movimentos populares pelo fim da Ditadura Militar, e respectivamente, tivemos uma eleição Presidencial indireta, no qual (Tancredo de Almeida Neves), se elegeu Presidente da República. Porém com o seu falecimento, assumiu o seu vice-presidente, (José Sarney de Araújo Costa). A partir desse período, (1985-1989), o Brasil teve dificuldades fiscais e econômicas enfrentadas.

A literatura econômica da época, assim como a experiência de planos de estabilização da inflação em outros países, enfatizava, num primeiro momento, o aspecto inercial desses processos – em razão tanto de mecanismos de indexação quanto da existência de conflitos distributivos. Gradualmente, contudo, passou-se a apontar para os desequilíbrios fiscais, incluindo os reflexos derivados da elevada dívida externa, como elemento central do processo inflacionário. Esses desequilíbrios seriam potencializados pelo papel crescente que as expectativas passavam a desempenhar, inclusive gerando comportamentos defensivos que antecipavam a implantação de novos programas heterodoxos, criando assim um círculo vicioso de profecias autorrealizáveis. (BASTOS, LAMEIRAS, CARVALHO, LEVY, 2015, p.37)

Na tentativa de controlar a inflação no Brasil, o Governo Sarney, no início de seu mandato lançou o Plano Cruzado, através do que, tivemos como algumas medidas, como o congelamento dos preços no mercado, os ajustes fiscais e as quedas das taxas dos juros. No início do período de atuação do plano monetário, o governo brasileiro conseguiu tabelar os preços e conter a inflação, porém alguns meses depois, o poder inflacionário volta com mais força atingindo os 80% ao mês (a.m.).

“É proibido gastar”, a nova política econômica articulou com sucesso um programa de ajuste fiscal para 1986, imaginando-se reduzir um déficit que poderia alcançar assustadores 6% do PIB para 1% (ou até mesmo o equilíbrio, como chegou-se a apostar quando do lançamento do Plano Cruzado. (MACARINI, 2009, p. 19).

Vendo esse cenário, o governo decide conter os gastos, e inicia um modelo de economia que se permaneceria no Brasil por quase 20 anos, o “Neoliberalismo”. O Governo Federal, passou a cortar os investimentos com saúde, educação, infraestrutura entre outros setores,

para poder realizar a manutenção do capital financeiro no país, aumentando os juros e priorizando a abertura comercial do Brasil para o mundo.

Devido às mobilizações populares, no dia 5 de outubro de 1988, é instituída pela Câmara Federal dos Deputados, a nova Constituição Federal, que passaria a reger a sociedade brasileira nos próximos anos, com isso, houve a primeira eleição Presidencial direta no Brasil após o regime militar.

Nesse contexto, tivemos como candidatos, grandes lideranças dos movimentos sociais e dos movimentos pela democracia como, (Luiz Inácio Lula da Silva) PT, (Partido dos Trabalhadores), (Leonel de Moura Brizola) PDT, (Partido Democrático Trabalhista), (Ulysses Silveira Guimarães) PMDB, (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e (Mário Covas Júnior) PSDB, (Partido da Social Democracia Brasileira).

Porém após o pleito eleitoral, elege-se como o novo Presidente da República, o candidato apoiado por alguns setores da direita, o ex-governador, (Fernando Collor de Mello), do (Partido da Reconstrução Nacional), PRN, a partir de seu governo iniciaram as políticas neoliberais no Brasil, através das medidas governamentais implementadas através da atuação do consenso de Washington:

As propostas do Consenso de Washington nas 10 áreas a que se dedicou convergem para dois objetivos básicos: por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado autoregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas. (BATISTA, 1994, p.18).

O Governo Collor, iniciou sob o comando do acordo proporcionado pelo, Consenso de Washington, e conseqüentemente realizando uma abertura comercial no Brasil. As multinacionais brasileiras, foram substituídas por uma infraestrutura moderna, e ingressa no Brasil, indústrias pertencentes às empresas como a, Renault, a Toyota, a Peugeot entre outras multinacionais da Europa e da Ásia.

Nessa perspectiva, as multinacionais que já existiam no Brasil, como a Chevrolet, a Volkswagen, a Fiat e a Ford, tiveram substituições por montagens mais modernas, modernizando a frota de veículos.

Nesse contexto, nos deparamos com outro problema, não tínhamos naquele momento mão de obra qualificada, para a atuação dessas novas indústrias, e respectivamente houve um

aumento na taxa de desemprego, devido a importação da mão de obra para atuar nessas indústrias.

O destaque dado ao capital financeiro no comando do processo de acumulação de capital tem como ponto de partida a articulação entre sociedade anônima, bolsa de valores e bancos. A partir destes, pode-se depreender, segundo Hilferding, a enorme capacidade de mobilização de capitais, responsável em parte pela nova etapa de concentração e centralização de capitais (METRI, 2013, p.12).

Com o agravamento da crise econômica e social, tivemos outra crise política no Brasil, que resultou no impeachment do Ex-Presidente (Fernando Collor de Mello), a partir desse momento, adota-se uma política econômica voltada para o combate à inflação, e não mais para o desenvolvimento nacional e o combate ao desemprego.

Após o impeachment do Ex-Presidente Collor, assume a Presidência da República, o seu vice, (Itamar Augusto Cautiero Franco), posteriormente, seu governo anuncia o novo Ministro da Fazenda, (Fernando Henrique Cardoso). O novo ministro, implementa o plano monetário nacional que teria como meta em combater os problemas econômico-financeiros do Brasil, especificamente a inflação, o Plano Real, torna-se a nova moeda brasileira, “o Real” que atuaria nos próximos anos e permaneceria até os dias atuais.

Dessa forma, foram anunciadas algumas medidas para a economia, entre elas uma relação muito próxima com o, (Fundo Monetário Internacional) FMI, e com o Banco Mundial.

Inicia-se nesse momento, o processo das privatizações das estatais brasileiras, para empresas norte-americanas, priorizando ainda os serviços privados e fortalecendo o capitalismo financeiro internacional, que passa a atuar fortemente no Brasil.

A proposta neoliberal identifica corretamente o equilíbrio das finanças públicas como indispensável ao combate à inflação. A âncora fiscal é sem dúvida, fundamental para restabelecer a confiança na capacidade governamental de gerir a moeda. No entanto, na proposta neoliberal, por razões talvez mais ideológicas do que econômicas, não se faz necessária distinção entre despesas correntes e de investimentos. Estas, pela sua própria natureza, podem e devem ser financiadas por empréstimos, de preferência internos a externos.(BATISTA, 1994, p.19, 20).

Com a atuação das políticas neoliberais, houve um retrocesso nas políticas de renda, e a taxa de desemprego entra em crescimento no Brasil. Também havendo uma oferta de mão de obra qualificada e não qualificada. Dessa forma, os salários nas indústrias diminuíram e o Brasil chega em 1998 com cerca de (29,49%) da população brasileira, vivendo em extrema

miséria, considerando que a população brasileira desse ano, estava em torno de 169,5 milhões de habitantes. Nesse contexto, afirma: (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2000, p.03)

“Os atuais 50 milhões de pessoas pobres, por sua vez, encontram-se heterogeneamente distribuídos abaixo da linha de pobreza e sua renda média encontra-se cerca de 55% abaixo do valor da linha de pobreza.”

A partir do agravamento dos índices registrados, com relação à situação social e populacional no Brasil, (desemprego, extrema miséria, queda da renda), intensificando os movimentos populares pela criação de políticas públicas, voltadas para a produção e distribuição de alimentos. Através dessas iniciativas de estado, também se deveria implantar um programa econômico de investimento nos setores sociais, que incentivasse através de financiamentos, o consumo de alimento nas cidades e no campo.

Políticas públicas para a agricultura no Brasil (1996-2010)

Devido à necessidade populacional e social, o Congresso Nacional instituiu em 1996, o (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PRONAF, que teve como meta, em manter os agricultores familiares no campo, e aumentar a produção de alimentos no Brasil. Dessa forma, é instituído o decreto-lei n° 1.946, de 28 de junho de 1996, em que deixa claro:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Art. 2º O PRONAF assenta-se na estratégia da parceria entre os Governos Municipais, Estaduais e Federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações.

§ 1º A aplicação de recursos do Governo Federal no PRONAF requer a adesão voluntária dos Estados, dos Municípios, da iniciativa privada e dos agricultores familiares às normas operacionais do Programa e à efetivação de suas contrapartidas.(BRASIL, 1996, p.01)

O PRONAF, atuou como integrante, no processo de reestruturação da agricultura familiar no Brasil, através do custeio do governo federal, em que, houveram os financiamentos para a mecanização agrícola, insumos, fertilizantes, plantio e colheita, e

alguns mecanismos a fins da reforma agrária. Porém nos primeiros anos de atuação, a união não disponibilizou de recursos suficientes para a atuação do programa.

Para o PRONAF no primeiro ano (safra 1995-96) foram muitos os problemas e obstáculos impostos pelos bancos para a liberação do crédito, liberando-se só R\$89 milhões, em 33.227 operações de crédito de custeio, das quais 25.216 se destinaram à região Sul do país, a maioria delas integradas à cadeia produtiva do fumo. (BIANCHINI, 2015, p.27)

Em um contexto de contenção de investimentos sociais, por conta das políticas da época, e pelas eleições de 2002, no dia 01 de Janeiro de 2003, inicia-se o mandato do Presidente (Luiz Inácio Lula da Silva), em que, retoma-se um período, denominado de nacional desenvolvimentismo, com a pretensão de fazer um governo voltado para as bases trabalhistas.

Nesse período, o governo adotou algumas medidas econômico-financeiras, de caráter desenvolvimentista, como a queda da taxa de juros, o incentivo ao consumo, e o fortalecimento das indústrias nacionais, implementando também a, (Política de Valorização do Salário Mínimo).

A partir do governo de, (Luiz Inácio Lula da Silva), retoma-se as políticas afirmativas de intervenção governamental voltadas para o desenvolvimento da sociedade, realizando a queda nas taxas de juros, a implementação de uma política de substituição de importações, para a retomada das exportações e para a expansão do mercado interno. O crescimento econômico passou a estar vinculado as políticas sociais, e institucionaliza-se, a partir de então, medidas para a valorização do salário mínimo, que salta de 67 para 300 dólares ao final do seu mandato.(NUNES, 2017, p.04, 05)

Dessa forma, passou-se a reestruturar os programas sociais que já existiam como o, FUNDEF, (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), e o PRONAF.

Foram criados ainda outros programas populares como o, (Luz pra Todos), o (Programa Universidade para Todos), PROUNI, o programa de habitação, (O Minha Casa Minha Vida), e o (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), FUNDEB. Nesse período a taxa de desemprego e da miséria tiveram quedas significativas, devido às políticas de intervenção do Estado.

Na mesma perspectiva estavam as políticas protecionistas, as quais permitiram a superação de etapas do desenvolvimento capitalista de praticamente todas as forças produtivas nacionais. “O sistema protecionista era um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar meios de

produção e meios de subsistência, de encurtar a transição do velho modo de produção para o moderno.” (Marx, 1984: 875)(METRI, 2003 , p.09 apud, MARX, 2010, p.09)

A partir desse momento, houveram algumas transformações na agricultura familiar, o Governo brasileiro iniciou um ciclo de maior custeio para os programas voltados para a agricultura, sendo expandidas as linhas de créditos para o setor, e passando a ter melhores condições para a permanência das famílias no campo, recursos para a mecanização, insumos agrícolas, fertilizantes, e para a criação de gado, em que, também passaram ser financiados pelo programa.

A produção de alimentos a partir dos planos safra 2002-2003, até os planos safra 2014-2015, tiveram aumentos significativos devido as condições, e as demandas populacionais proporcionadas aos programas associados ao PRONAF.

A ideia de um espetáculo de crescimento na agricultura, dentro de uma economia capitalista, mostra-se consistente com as necessidades nacionais, e é exatamente sobre esses pilares, que se assentam as possibilidades da construção de mecanismos efetivos de superação da condição de exclusão social que abrange parcela expressiva de brasileiros. Ademais, em uma economia continental como a brasileira, também não resta qualquer dúvida que essa inclusão social deverá ser responsabilidade da inclusão de importantes contingentes na dinâmica do desenvolvimento dos agronegócios.(GONÇALVES, 2003, p.86)

O Programa também teve como meta, em combater à miséria na agricultura familiar, considerando que muitas famílias estavam inviabilizadas de continuar no campo, devido à falta de recursos para o custeio da agricultura familiar. Porém, a partir das safras 2003-2004, houve um reajuste fiscal no programa da agricultura familiar, a fim de expandir o programa, as linhas de crédito e proporcionar a permanência das famílias rurais no campo.

Nesse período, também houve o custeio e a expansão da agricultura empresarial de grande porte.

A safra do primeiro ano do mandato de Lula (a safra 2003/2004) foi recorde, atingindo 119,1 milhões de toneladas. E a safra de 2003/2004 deveria ser ainda maior – segundo a previsão que circulou na época, seria de 131,9 milhões de toneladas – mas ela sofreu acentuada redução em razão de problemas climáticos em importantes regiões produtoras. Quanto ao desempenho do comércio internacional do setor, o superávit comercial de 2003 do agronegócio registrou um aumento, para US\$ 25,9 bilhões e, em 2004, esse superávit foi ainda maior; no período de 12 meses, terminado em maio de 2004, a Balança Comercial do agronegócio totalizou US\$ 28,3 bilhões, quase 27% a mais do que o mesmo período de 12 meses do ano anterior.(MUELLER, 2005, p.34)

Podemos ver nos dados da tabela abaixo, o crescimento anual dos recursos de custeio, voltados para a agricultura empresarial no Brasil, a partir da safra 2000/2001:

Safra	Financiamento da Agricultura Empresarial (R\$ Bilhões)	Financiamento da Agricultura Empresarial (R\$)
2000/2001	12,12	12.117.000.000,00
2001/2002	15,72	15.720.000.000,00
2002/2003	20,54	20.540.000.000,00
2003/2004	27,75	27.750.000.000,00
2004/2005	39,45	39.450.000.000,00
2005/2006	44,35	44.350.000.000,00
2006/2007	50,00	50.000.000.000,00
2007/2008	58,00	58.000.000.000,00
2008/2009	65,00	65.000.000.000,00
2009/2010	93,00	93.000.000.000,00
2010/2011	100,00	100.000.000.000,00
2011/2012	107,24	107.238.000.000,00
2012/2013	115,25	115.250.000.000,00
2013/2014	136,06	136.063.000.000,00
2014/2015	156,10	156.100.000.000,00
2015/2016	187,70	187.700.000.000,00

Quadro 01: Financiamento da Agricultura Empresarial

Fonte: BACEN – SAFEN - MDA

Como podemos ver os dados da tabela acima, o financiamento da agricultura empresarial foi ampliado no Brasil a partir das safras 2000/2001, em que, foram aplicados R\$ 12.11 bilhões, obtendo um aumento desses recursos com relação às safras posteriores e chegando á R\$ 187,70 bilhões na safra 2015/2016, e registrando um aumento de quase 1500% com relação aos números da safra 2000/2001.

Podemos notar também, que em comparação a aplicação de recursos no programa de algumas safras com relação à safra do ano anterior, verificamos taxas percentuais de evolução significativas, entre elas os planos safras de 2008/2009 com uma aplicação de R\$ 65 bilhões com a safra, 2009/2010 em que foi aplicado R\$ 93 bilhões, registrando um aumento de 43,07%, o maior aumento percentual da safra do ano anterior para a safra do ano seguinte, nos 17 anos de atuação do programa entre 2000 á 2016.

Nas safras de 2012/2013 para 2013/2014, e na de 2014/2015 para 2015/2016, notamos aumentos significativos de recursos aplicados, mas não tanto quanto aos números apontados anteriormente, os valores aplicados na safra de 2012/2013, de R\$ 115,25 bilhões em comparação a safra 2013/2014, de R\$ 136,06 bilhões registrou-se um aumento de 18,05%, e

os valores aplicados na safra 2014/2015, de R\$ 156,10 bilhões em comparação aos recursos aplicados na safra 2015/2016 de R\$ 187,70 bilhões, também notamos um aumento percentual de 20,24%.

A partir do Plano Safra 2003/2004, tem início uma visão clara de estratégia de governo, visando à promoção, ao fortalecimento e à consolidação da agricultura familiar para um rural sustentável, por meio do incremento do PRONAF Crédito e de um conjunto de novos instrumentos de políticas públicas. A cada Plano Safra foram lançados novos instrumentos da política agrícola que impactaram positivamente a agricultura familiar em toda a sua diversidade. Entre eles podemos citar: Política de ATER (2003), PAA (2003), Seguro Garantia Safra (2003), Seguro Safra (SEAF) (2005), PGPAF (2006), Mais Alimentos (2008)(BIANCHINI, 2015, p.70).

Nesse período, houve a interiorização no Brasil do acesso das propriedades agrícolas à mecanização e a modernização, tornando o custeio e os investimentos da agricultura empresarial, uma estratégia de estado para expandir a produção de sementes. Dessa forma, os agricultores conseguiram produzir mais sementes e produtos no campo em menos tempo, e as indústrias pós-produção agrícola das cidades foram ampliadas, devido ao crescimento da disponibilidade de matéria-prima vindo do campo, e da crescente demanda por alimentos.

A construção do PRONAF desde o seu início se deu de forma participativa, em um movimento de baixo para cima, envolvendo as organizações dos agricultores, mediante mobilizações (Grito da Terra, Marchas, Mutirões...) em constante diálogo com os gestores da política pública, responsáveis pelo PRONAF. Nos meses que antecedem o início do ano agrícola, cada organização representativa dos agricultores familiares, CONTAG, FETRAF e MPA-Via Campesina entre outras, preparara uma pauta de reivindicações, realiza marchas a Brasília, provoca intensas reuniões, entre governo e organizações sociais, contribuindo de forma participativa com a construção e gestão do PRONAF (BIANCHINI, 2015, p.37).

O PRONAF, foi criado devido às demandas sociais dos pequenos agricultores, em que, o estado brasileiro se responsabilizou com a implementação de um programa, com o objetivo de expandir o crédito e subsidiar pequenos e médios proprietários rurais, com dificuldade de recursos para modernizar os seus meios de produção. Dessa forma, o Governo Federal passa a disponibilizar recursos, para o financiamento de maquinários agrícolas, insumos e fertilizantes entre outros suprimentos.

Podemos analisar os dados de aplicação de recursos no programa, a partir do plano safra 2000/2001, na tabela abaixo.

Safra	Financiamento da Agricultura	Financiamento da Agricultura
-------	------------------------------	------------------------------

	Familiar (R\$ Bilhões)	Familiar (R\$)
2000/2001	3,94	3.940.000.000,00
2001/2002	4,20	4.196.000.000,00
2002/2003	4,20	4.196.000.000,00
2003/2004	5,40	5.400.000.000,00
2004/2005	7,00	7.000.000.000,00
2005/2006	9,00	9.000.000.000,00
2006/2007	10,00	10.000.000.000,00
2007/2008	12,00	12.000.000.000,00
2008/2009	13,00	13.000.000.000,00
2009/2010	15,00	15.000.000.000,00
2010/2011	16,00	16.000.000.000,00
2011/2012	16,00	16.000.000.000,00
2012/2013	18,00	18.000.000.000,00
2013/2014	21,00	21.000.000.000,00
2014/2015	24,10	24.100.000.001,00
2015/2016	28,90	28.900.000.000,00

Quadro 02: Financiamento da Agricultura Familiar

Fonte: BACEN – SAFEN - MDA

Como podemos ver os dados da tabela acima, o financiamento da agricultura empresarial de pequeno porte foi expandido no Brasil, a partir das safras 2000/2001, em que, foram aplicados R\$ 3,94 bilhões, obtendo um aumento desses recursos com relação às safras posteriores, e chegando á R\$ 28,90 bilhões na safra 2015/2016, tendo um aumento de 86,36% com relação aos números da safra 2000/2001.

Podemos notar também, que em comparação a aplicação de recursos no programa de algumas safras com relação à safra do ano anterior, verificamos taxas percentuais de evolução de investimentos significativas, entre elas os Planos Safras de 2004/2005 com uma aplicação de R\$ 7 bilhões, com a safra 2005/2006 em que foi aplicado R\$ 9 bilhões, registrando um aumento de 22,22%. Também percebemos uma evolução significativa entre os planos safras 2006/2007, através do que foi investido R\$ 10 Bilhões, com o plano safra 2007/2008 em que foram aplicados R\$ 12 Bilhões, e registrando um aumento percentual de 22,22%.

Nas safras de 2008/2009 para 2009/2010, e na de 2012/2013 para 2013/2014, e na safra de 2013/2014 para 2014/2015, notamos aumentos significativos de recursos aplicados, mas não tanto quanto aos números apontados anteriormente.

Os valores aplicados na safra de 2008/2009, de R\$ 13 bilhões em comparação a safra 2009/2010, de R\$ 15 bilhões vemos um aumento de 15,38%, e os valores aplicados na safra 2013/2014, de R\$ 21 bilhões em comparação aos recursos aplicados na safra 2014/2015 de R\$ 24,10 bilhões, notamos um aumento percentual de 14,76%, e a safra 2014/2015, em que,

foram investido R\$ 24,10 bilhões em comparação a safra 2015/2016 de R\$ 28,90 Bilhões, notamos uma evolução nos recursos aplicados de 19,91%.

Através dessa mudança, referente aos recursos aplicados na agricultura de pequeno porte, tivemos o desenvolvimento da pesquisa, e o aumento dos recursos aplicados no crédito no setor de produção agroalimentar. Conforme podemos ver na tabela abaixo, os dados que nos mostram os números de produção por cultura agrícola.

Ano	Produto das lavouras temporárias				
	Arroz (em casca)	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)
1995	11.226.064	303.699.497	2.946.168	36.266.951	25.682.637
2000	11.134.588	326.121.011	3.056.289	32.321.000	32.820.826
2005	13.192.863	422.956.646	3.021.641	35.113.312	51.182.074
2010	11.235.986	717.463.793	3.158.905	55.364.271	68.756.343
2015	12.301.201	748.636.167	3.090.014	85.284.656	97.464.936

Quadro 03: Quantidade produzida de grãos (Toneladas) Brasil

Fonte: IBGE, Sidra, 2015. Org. NUNES, H, F, P, 2017.

Conforme podemos analisar nos números da tabela acima, a partir dos anos 2000, o setor agropecuário brasileiro, registrou aumentos expressivos referentes aos números de produção agrícola em várias culturas agropecuárias, entre elas, citamos a soja. Em 1995, tivemos 25.6 milhões de toneladas produzidas, passando para 32.8 milhões (ton.) em 2000, uma evolução numérica de 27.79%.

Nota-se portanto nos dados, que a partir dos anos 2000, a evolução na quantidade produzida de soja, acelera e chega a 51.1 (ton.) em 2005, e em 68.5 (ton.) em 2010, um crescimento de 55.98% e 33.90% respectivamente.

Com relação á produção de milho, entre 1995-2000, tivemos uma queda na produção da cultura, através do que, em 1995, a safra produziu 36.2 milhões de toneladas, passando a colher 32.3 milhões (ton.) de milho, uma queda nos números de 10.88%. Isso nos demonstra, o reflexo das políticas neoliberais do governo (Fernando Henrique Cardoso), PSDB, através do qual, afetou negativamente o setor produtivo nacional, em especial o setor agropecuário brasileiro.

A partir dos anos 2000, tivemos um crescimento no crédito e custeio agrícola, de grande e de pequeno porte, registrando elevações significativas no número de produção de

milho, em que, produziu-se 35.1 milhões de toneladas em 2005, e 55.5 milhões (ton.) em 2010, uma evolução numérica de, 8.63% e 58.32% respectivamente.

O crescimento na produção da soja e do milho, foram responsáveis pela balança comercial brasileira, e pelo crescimento das exportações. Esse resultado foi possível, através da atuação e implementação de políticas públicas, voltadas para o setor agropecuário, e sendo atuadas efetivamente, a partir dos anos 2000 no Brasil.

O Plano Safra da Agricultura Familiar nasceu e foi se consolidando, no seu início, com uma lógica bastante similar ao Plano para a Agricultura Empresarial, ou seja, fortemente centrada na política do crédito do PRONAF. A partir do Plano Safra 2003/2004, tem início uma visão clara de estratégia de governo, visando à promoção, ao fortalecimento e à consolidação da agricultura familiar para um rural sustentável, por meio do incremento do PRONAF Crédito e de um conjunto de novos instrumentos de políticas públicas.(BIANCHINI, 2015, p.47)

Nesses moldes, também vemos um aumento expressivo, na colheita de cana de açúcar a partir dos anos 2000, pela qual, em 1995 houveram 303.6 milhões de toneladas colhidas, passando para 326.1 milhões em 2000, e registrando um aumento numérico de 7.38%.

Nota-se portanto, que a partir desse momento, houveram aumentos ainda maiores, referentes aos números da produção de cana-de-açúcar, em que foram colhidas, 422.9 milhões de toneladas em 2005, e 717.1 milhões de toneladas em 2010, o que representa, 29.69% e 69.55%, respectivamente. Nesse contexto, afirma (BIANCHINI, 2015): “a cada safra é anunciado um conjunto de medidas de políticas agrícolas e sociais que consolidarão uma política diferenciada e multifuncional para a agricultura familiar”(p.47)

Com relação as safras de feijão e arroz não houveram evoluções numerais expressivas entre 2000-2010, dessa forma, foram registradas 11.134.588 de toneladas colhidas de arroz em 2000, passando a colher 13.193.651 toneladas em 2005, e registrando um aumento percentual de 18.49%, posteriormente houve uma queda para 11.046.662 de toneladas colhidas.

Com relação as safras de feijão, houveram 3.056.289 de toneladas colhidas em 2000, passando para 3.021.642 e registrando uma queda na produção agrícola de 1.13%.

Nesse conjunto de transformações agrícolas e sociais, também tivemos um crescimento na produção de carnes.

Produto	2000	2005	2008
Bovino	1.486.923	2.462.545	2.264.887
Suíno	1.449.559	2.055.753	2.522.039

Quadro 04: Evolução da quantidade produzida dos principais produtos agropecuários no Brasil entre 1995 e 2010

Fonte: Ipea data, 2006. Org. NUNES, H, F, P, 2017.

Nesses moldes, houve um crescimento expressivo na produção de carnes a partir de então, em que, se registrou em 2000, 1.486.923 cabeças de gado, passando a registrar 2.462.545 em 2005, uma evolução de 65.61%, dessa forma, em 2008 foram registrados 2.264.887, criações de gado, um aumento percentual de 8.02%.

Também tivemos um crescimento significativo na produção de carne suína, através do que, em 2000, foram criadas 1.449.559 unidades suínas, passando para 2.055.753 em 2005, e 2.522.039 em 2008, o que corresponde a um aumento numérico de 41.81% e 24.14% respectivamente. Dessa forma, afirma (BIANCHINI, 2015): “Essa ampliação dos recursos teve como objetivo adequar todo o sistema de produção da unidade produtiva, para ampliar a produção de alimentos e a renda da unidade familiar”.(p.56)

Nesses moldes, também tivemos a expansão das bacias leiteiras, proporcionando o crescimento da produção de leite, conforme podemos ver na tabela abaixo:

Ano				
1995	2000	2005	2010	2015
16.474.365	19.767.206	24.620.859	30.715.460	35.000.227

Quadro: 05 - Produção de origem animal, por tipo de produto (Mil litros), Brasil Tipo de produto de origem animal - Leite.

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2015.

Conforme vemos na tabela acima, tivemos também um crescimento na produção leiteira, em que, houve 16.4 bilhões de litros de leite produzidos em 1995, passando para 19.7 bilhões em 2000, e 24.6 bilhões de litros em 2005, registrando uma elevação percentual de 20.16% e 24.36% respectivamente. Segundo (BIANCHINI, 2015, p.47): “Além das medidas do crédito do PRONAF, a cada safra é anunciado um conjunto de medidas de políticas agrícolas e sociais que consolidarão uma política diferenciada e multifuncional para a agricultura familiar, que alcançaria um universo de mais de 2 milhões de agricultores.”

Nesse contexto, foram importantes para ao desenvolvimento da agricultura, o conjunto de medidas voltadas para o desenvolvimento da agricultura, de pequeno e médio porte, que ocorreram a partir dos governos do PT.

Os dois governos liderados pelo presidente Lula e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) mudaram esse quadro, transformando o Brasil em um dos principais países no cenário internacional, com uma política externa que prioriza os interesses nacionais

e regionais, além de buscar mudar a histórica desigualdade nas relações Norte-Sul. O governo Lula chegou ao último ano de seu segundo mandato com um índice de aprovação acima dos 80%, num evidente apoio às mudanças sentidas pela população. O Estado retomou importantes funções de indutor de desenvolvimento e crescimento. Nesse intervalo, é importante destacar, foram impedidas novas privatizações que piorariam a vida. Pequenos livros sobre as grandes transformações do Brasil nos últimos oito anos 5 dos brasileiros. A inflação foi contida e o país pode retomar níveis de crescimento econômico que não eram alcançados havia muitos anos, com a geração de milhões de novos empregos com carteira assinada.(FARIA, 2010, p.04 e 05).

A política intervencionista, implementada a partir do Governo Lula (2003-2010) no Brasil, permitiu uma política monetária que impossibilitou as novas taxas de crescimento dos juros internos, segurando de uma certa forma a especulação financeira nacional, e internacional, e redirecionando a economia para o investimento no mercado interno.

Nesses moldes, nas indústrias nacionais, e na expansão do papel do estado, o Governo Brasileiro instituiu um conjunto de programas, que visou aumentar a produtividade do mercado interno, gerar empregos e reduzir os números da fome e da pobreza no Brasil.

Nesse conjunto de programas implementados, foram reestruturadas as políticas públicas voltadas para Agricultura, dando incentivo a tecnificação industrial agrícola, e a expansão das indústrias urbanas voltadas para o setor agrário, como as indústrias de produção de alimentos.

Nesse sentido, também foram realizados elevados investimentos voltados para a propriedade agrícola de pequeno porte, incentivando a modernização da pequena e média agricultura, e democratizando o acesso dos pequenos agricultores aos maquinários agrícolas, insumos, fertilizantes entre outros implementos.

Considerações Finais

Podemos considerar, que durante a construção do histórico, que a partir do fim do regime militar, houveram grandes mudanças políticas e econômicas no Brasil. Entretanto, a partir da década de 1980, construiu-se vários movimentos sociais que constituiu-se os novos partidos políticos, e que deram início a campanha pelas Diretas Já. Após a eleição indireta de 1985, o país viveu os 5 anos do governo Sarney, em que, houve altos e baixos na situação econômica, principalmente com relação ao poder inflacionário.

Através da atuação dos movimentos populares, o congresso nacional instituiu em 1988 a nova constituição federal, que cria as novas regras para as eleições diretas no Brasil, assim, em 1989, elegeu-se como presidente do país, (Fernando Collor de Mello).

Durante o seu governo, a situação econômica se agrava e o país adentra em uma crise econômica que resultou no impeachment do então presidente, no seu governo se deu início às políticas neoliberais, através do que, no decorrer dos governos, resultou-se na queda dos salários e na elevação da proporção da população desempregada no Brasil.

Devido aos movimentos populares e a necessidade social e populacional, o poder legislativo instituiu o programa da agricultura familiar, (PRONAF) em 1996, que teve por objetivo em incentivar a produção de alimentos no campo e a permanência das famílias no meio rural. O governo implementa esse programa no decorrer de vários anos, o que proporcionou o aumento do número de alimentos no Brasil. Teve-se um aumento considerável da produção agrícola comercial e da exportação de sementes, proporcionando ganhos rentáveis a economia brasileira, devido as relações internacionais com o Brasil através da agricultura.

Referências Bibliográficas

- BARROS, P, R; HENRIQUE, R; MENDONÇA, R. **DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL**: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista brasileira de ciências sociais - vol. 15 n° 42. RBCS Vol. 15 n° 42 fevereiro/2000.
- BASTOS, E, K; X; RIBEIRO F, J; LAMEIRAS, M, A P; CARVALHO, L, M; LEVY, P, M. **Os desafios da análise de conjuntura**. Brasília: IPEA, 2015.
- BATISTA, N, P. **A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo. 1994.
- BIANCHINI, V. **Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015. Avanços e Desafios**, Brasília, Equipe editorial, 2015.
- BRASIL. DECRETO n 1.946, de 28 de junho de 1996: Cria o **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**, e dá outras providências, 1996.
- FARIA, G. **O Governo Lula e o novo papel do estado Brasileiro**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2010, 96. p.
- GONÇALVES, S, J. **Crise agrária no desenvolvimento capitalista: fugindo da aparência na busca da essência**. São Paulo. Informações Econômicas, SP, v.33, n.11, nov. 2003.
- MACARINI, P, J. **A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987)**. IE/UNICAMP n. 157, mar. 2009.
- METRI, M. **Controvérsia sobre capital financeiro**. Rio de Janeiro: 2010. 36 p.
 GONÇALVES, S, J.. 2003. 27 p.

MUELLER, C, C. **Agricultura, desenvolvimento agrário e o Governo Lula**. Revista de Política Agrícola. Ano XIV – Nº 2 – Abr./Maio/Jun. 2005.

NUNES, H, F, P. **POLÍTICAS ANTICÍCLICAS NO GOVERNO LULA (2003-2010):** leituras de Márcio Pochmann e Marilena Chauí. Francisco Beltrão. 2017. p. 09.